



REQUERIMENTO DE INFORMAÇÃO Nº 2025

(Do Sr. Cabo Gilberto Silva)

Requerimento de informações ao Ministro da Defesa, Sr. José Mucio, sobre a designação de dois oficiais gerais das Forças Armadas brasileiras para residirem na China como adidos de defesa.

Senhor Presidente:

Nos termos do art. 50, §2º, da Constituição Federal, combinado com os arts. 115 e 116 do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, solicito ao Ministro que preste os seguintes esclarecimentos acerca da designação de dois oficiais gerais das Forças Armadas brasileiras para residirem na China como adidos de defesa, conforme noticiado no Decreto nº 12.480, de 2 de junho de 2025, publicado no Diário Oficial da União em 3 de junho de 2025.

1. Qual é a justificativa estratégica para a designação de dois oficiais gerais das Forças Armadas brasileiras como adidos de defesa na China, considerando o caráter autoritário do regime de Xi Jinping?
2. Quais critérios foram utilizados para selecionar os oficiais gerais do Exército e da Marinha para essa missão, e por que foi necessário alocar militares de tão alto escalão?
3. Que tipo de cooperação militar o Brasil pretende estabelecer com a China, e como isso se alinha com os princípios da liberdade?
4. Foram realizados estudos de impacto sobre como essa decisão pode afetar as relações bilaterais com os Estados Unidos, especialmente em um contexto de tensões geopolíticas globais?
5. Quais medidas estão sendo tomadas para garantir que a atuação desses oficiais na China não comprometa a segurança de informações sensíveis ou tecnologias de defesa brasileiras?
6. O Ministério da Defesa consultou outros parceiros estratégicos, como os Estados Unidos, antes de formalizar essa designação, e qual foi a reação de Washington a essa iniciativa?
7. Como o governo brasileiro planeja mitigar as críticas internacionais que associam essa aproximação militar à legitimação de uma ditadura militarizada como a chinesa?





CÂMARA DOS DEPUTADOS
Gabinete do Deputado Federal Cabo Gilberto Silva - PL/PB

8. Quais são os objetivos específicos da missão desses adidos na China, e há planos para a troca de conhecimentos ou treinamentos com as forças armadas chinesas?
9. De que forma o Ministério da Defesa pretende assegurar que essa iniciativa não comprometa a imagem do Brasil no exterior?
10. Existe um cronograma definido para a atuação desses oficiais na China, e quais indicadores serão usados para avaliar o sucesso dessa missão?

JUSTIFICAÇÃO

A oficialização da residência de dois oficiais gerais das Forças Armadas brasileiras na China, um do Exército e outro da Marinha, para atuar como adidos de defesa junto ao governo de Xi Jinping, causou forte repercussão nos meios diplomáticos internacionais, especialmente em Washington. Trata-se de uma iniciativa inédita, sendo a primeira vez que o Brasil estabelece uma representação militar de alto escalão em solo chinês, o que levanta questionamentos sobre os objetivos estratégicos e as implicações geopolíticas dessa decisão.

Tal medida ocorre em um contexto de crescente tensão geopolítica global, onde as relações entre grandes potências, como Estados Unidos e China, são marcadas por desconfianças mútuas. A designação de oficiais gerais para atuar em Pequim pode ser interpretada como um alinhamento do Brasil com o governo chinês, cuja natureza autoritária e práticas de repressão são amplamente criticadas no cenário internacional. Essa percepção é particularmente preocupante, dado o impacto potencial nas relações bilaterais com os Estados Unidos, um parceiro estratégico de longa data do Brasil.

Além disso, a escolha de oficiais de alto escalão para representar os interesses militares brasileiros na China levanta questões sobre a natureza e a extensão da cooperação militar pretendida.

A falta de transparência sobre os detalhes dessa decisão, incluindo os critérios para a escolha dos oficiais e os objetivos específicos da missão, reforça a necessidade de esclarecimentos por parte do Ministério da Defesa. A sociedade brasileira e seus representantes no Congresso Nacional têm o direito de compreender as motivações e os potenciais riscos dessa iniciativa, especialmente em um momento em que a política externa brasileira deve equilibrar interesses econômicos, estratégicos e éticos.

Apresentação: 05/08/2025 13:57:32.720 - CSPCCO

REQ n.250/2025





CÂMARA DOS DEPUTADOS
Gabinete do Deputado Federal Cabo Gilberto Silva - PL/PB

Por fim, o presente requerimento busca garantir que o Poder Legislativo exerça sua função fiscalizatória, assegurando que as decisões do Executivo no âmbito da defesa nacional estejam alinhadas com os interesses do povo brasileiro e com os princípios constitucionais que regem a política externa do país. Assim, apresento as seguintes perguntas ao Ministro da Defesa.

Sala de Sessões, em de de 2025

Cabo Gilberto Silva

Deputado Federal

PL/PB

Apresentação: 05/08/2025 13:57:32.720 - CSPCCO

REQ n.250/2025



Câmara dos Deputados | Anexo IV - Gabinete 350 | CEP 70160-900 - Brasília/DF
Tels (61) 3215-5350/3350 | dep.cabogilbertosilva@camara.leg.br

Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD258926365900>
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Cabo Gilberto Silva

